

Extrato do Contrato 0280/2023/SES**Nº Cadastral 23219**

Processo: 27/001.409/2022

Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, com recursos do Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul e Visomes Comercial Metrológica Ltda.

Objeto: O objeto do presente Contrato é a prestação dos serviços de calibração de instrumento de medição, para atender as demandas do Lacen – Laboratório Central de Saúde Pública, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e na Proposta de Pregos, anexos do Edital.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da execução dos serviços correrão à conta da funcional programática n. 20.27901.10.305.2043.4068.0015, natureza da despesa n. 33903917, fonte n. 0260080151, nota de empenho 2023NE010119, emitida em 07/11/2023, no valor de R\$ 50.010,00 (cinquenta mil dez reais) e nota de empenho 2023NE010120, emitida em 07/11/2023, no valor de R\$ 11.050,00 (onze mil e cinquenta reais).

Valor: O valor total deste contrato é de R\$ 61.060,00 (sessenta e um mil e sessenta reais).

Do Prazo: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, atentando, em especial para o cumprimento dos seguintes requisitos:

Amparo Legal: A legislação aplicável a este contrato será a Lei Federal n. 8.666/1993, Lei Federal n. 10.520/2002, Lei Federal n. 8.078/1990, Lei Estadual n. 1.627/1995 e Decreto Estadual n. 15.327/2019.

Ordenador de Despesas: Antonio Cesar Naglis

Data da Assinatura: 21/11/2023

Assinam: Maurício Simões Correa e Rodoval Raimundo Filho

Resolução nº 124/SES/MS**Campo Grande, 06 de dezembro 2023.**

Dispõe sobre a apresentação da Declaração de Vacinação atualizada – DVA no ato da matrícula nas unidades Educacionais de Ensino como medida de Proteção e Promoção a Saúde no âmbito de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

O Secretário de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e considerando: A Lei federal nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, especialmente seu artigo 7º e o artigo 14, § 1º;

A Lei federal nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB;

O Decreto federal nº 6.286/2007, que institui o Programa Saúde na Escola – PSE;

A Portaria Interministerial nº 2.608/2013, que dispõe sobre a adesão dos Municípios ao Programa Saúde na Escola – PSE;

A Lei Estadual n. 3.924 de 30 de junho de 2010.

Que o Estado de Mato Grosso do Sul, conforme dados do Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações – SIPNI, nos últimos cinco anos vem enfrentando a queda das coberturas vacinais para as vacinas de rotina do Calendário Vacinal Nacional e este cenário contribui para o aumento do risco de reintrodução de doenças como sarampo, rubéola, coqueluche, poliomielite, entre outras.

Que o efetivo cumprimento da Lei estadual n. 924, de 30 de junho de 2010, pelos serviços de educação se torna essencial para o retorno das altas coberturas vacinais em nosso estado, contudo, o entendimento da área técnica estadual de imunização é que a carteirinha de vacinação entregue pelo responsável no ato da matrícula escolar poderá conter vacinas em atraso e que o colaborador da educação que recebe o documento não é um profissional da saúde com habilitação para identificação de possível atraso vacinal.

Que o modelo de declaração se faz de modo a facilitar o cumprimento da referida Lei Estadual 3.924 de 30 de junho de 2010 visto a necessidade de apresentação de uma declaração (modelo padronizado estadual anexo) que comprove a situação vacinal atualizada do usuário e que deverá ser expedida por um profissional de saúde da unidade de saúde de referência do usuário conforme organização municipal e será entregue de forma conjunta à Carteira de Vacinação no ato da matrícula do aluno.

Para que haja a completude dos esquemas vacinais que são em muitos casos organizados em mais de uma dose, assim, o modelo estadual conterá o campo de validade da declaração. A definição do prazo de validade da declaração será de acordo com o esquema vacinal de cada usuário, ou seja, a declaração será válida até o período aprazado para retorno do usuário ao sistema de saúde para recebimento das doses complementares, não podendo exceder em 01 ano.

R E S O L V E:

Art. 1º Instituir a Declaração de Vacinação Atualizada - DVA, que será emitida e fornecida pela Unidade Básica de Saúde - UBS, como comprovante de atualização das cadernetas de vacinação das crianças e estudantes da Rede de Ensino, em todo o território estadual.

Parágrafo único. Deverá também constar na DVA, a data de retorno à UBS para cumprimento do calendário vacinal estabelecido.

Art. 2º Os pais e/ou responsáveis deverão entregar a Declaração de Vacinação Atualizada - DVA no ato da efetivação da matrícula ou rematrícula.

Parágrafo único. Na ausência do documento mencionado no caput deste artigo, o responsável será notificado e terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para providenciá-lo junto a UBS e entregar na Unidade Educacional.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Maurício Simões Corrêa
Secretário de Estado de Saúde
Mato Grosso do Sul

ANEXO I
Modelo Declaração de Vacinação Atualizada – DVA

SES
Secretaria de
Estado de
Saúde



GOVERNO DE
Mato
Grosso
do Sul

Declaração de Vacinação Atualizada – DVA

Informamos que as vacinas de rotina de:

(nome completo da criança/adolescente), cuja data de nascimento é ____/____/____, filho (a) de

(nome completo da responsável legal) está:

() Atualizado até: ____/____/____ (aprazamento da próxima dose)

() NÃO atualizado - Responsável recusa vacinação Data do documento: ____/____/____

(Município/MS)

____/____/____
DATA

Profissional de Saúde Registro profissional

*Modelo de Declaração Padronizado para utilização pela rede pública de saúde do Estado de Mato Grosso do Sul.

*Modelos diferentes podem ser aceitos pela instituição de educação, desde que mantenham a essência das informações citadas acima.

*Escolares que tem indicação de adiamento temporário de vacinação (doenças agudas, tratamentos imunossupressores) considerar o cartão atualizado e indicar no campo aprazamento a previsão em que estiver apto à vacinação.

*Profissionais que podem assinar essa declaração: Médico, Enfermeiro e Técnico de Enfermagem

Obs.: A dispensa da obrigatoriedade dessa declaração somente será aceita mediante apresentação de laudo médico atestando a contraindicação explícita da aplicação da vacina correspondente.

A VALIDADE DA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER DE ACORDO COM O APRAZAMENTO DO RETORNO DO USUÁRIO À UNIDADE DE SAÚDE, NÃO PODENDO EXCEDER EM 01 ANO.